

Processo n.º 2023/04567 – Ação Civil e Penal por Abuso de Menores na Associação Casa da Juventude, Lda.

Parecer Pericial de Perito Informático

Requerente: João Silva, menor, representado por Maria Silva (mãe)

Réus: Associação Casa da Juventude, Lda.; Carlos Mendes (ex-diretor)

Mandatários: Dr. Luís Costa (OA 12345) – Perito Informático; Dra. Sofia Almeida (OA 67890) – Advogada do Requerente

Juiz: Dr. António Ribeiro – Vara de Família e Menores de Lisboa

Lisboa, 12 de janeiro de 2024

1. Objeto do Parecer

O presente parecer pericial tem por finalidade **analisar os registos digitais (logs) e demais evidências informáticas** disponibilizadas pelos mandatários do Requerente, com vista a:

1. Identificar padrões de comportamento que possam corroborar as alegações de abuso sexual de menores entre 2015 e 2020;
2. Verificar a existência de indícios de **encobrimento ou destruição de provas** por parte da Associação Casa da Juventude, Lda. ou do seu ex-diretor Carlos Mendes;
3. Apresentar, de forma clara e fundamentada, os resultados da análise, bem como **recomendações técnicas** para a preservação, produção e eventual complementação de provas digitais.

2. Metodologia Aplicada

Etapa	Descrição	Normas e Referências
2.1. Recepção e Cadeia de Custódia	Recepção dos dispositivos (computadores, servidores, discos externos) e dos ficheiros de logs em data de 05/12/2023, com elaboração de relatório de cadeia de custódia conforme ISO/IEC 27037 .	ISO/IEC 27037; CPC, art. 381.º
2.2. Imagem Forense	Realização de imagens bit-a-bit (MD5, SHA-256) dos dispositivos usando <i>FTK Imager</i> e <i>dd</i> em modo read-only.	CPC, art. 382.º; Portaria n.º 45/2017 (Forense Digital).
2.3. Preservação de Metadados	Copia de metadados (timestamps, atributos de ficheiro, logs de sistema) para análise posterior, assegurando integridade.	GDPR Art. 32; Código de Propriedade Intelectual.

Etapa	Descrição	Normas e Referências
2.4. Análise de Logs de Sistema	Extração e normalização de logs de acesso (Windows Event Viewer, Syslog Linux), e-mails (Exchange, Gmail), e de aplicações internas da associação (CRM, plataforma de gestão de atividades).	NIST SP 800-101; CPC, art. 383.º
2.5. Correlation Engine	Utilização de <i>ELK Stack</i> (Elasticsearch, Logstash, Kibana) para correlação de eventos e detecção de padrões temporais e de IPs.	Best Practices Forense Digital.
2.6. Análise de Conteúdo	Busca por palavras-chave (ex.: “vídeo”, “filho”, “jovem”, “privado”), hashes de ficheiros suspeitos (MD5/ SHA-1) comparados com bases de dados de material ilícito (INTERPOL I-CTD).	Art. 25.º da Lei n.º 109/2009 (Crimes contra a dignidade sexual).
2.7. Relato de Resultados	Consolidação dos achados em relatório pericial, com evidências documentadas por prints, hashes e cronogramas.	CPC, art. 384.º.

Todas as etapas foram executadas em ambiente controlado, com hardware dedicado e sem conexão à internet, garantindo a **não contaminação** dos dados originais.

3. Resultados da Análise

3.1. Logs de Acesso ao Sistema Interno (2015-2020)

Data	Utilizador	IP de Origem	Ação	Relevância
12/07/2016 14:23	c.mendes	10.0.12.45	Acesso ao diretório “/me-dia/privado/juvenil”	Alta – diretório contém vídeos de atividades juvenis.
03/11/2017 09:11	j.silva (menor)	10.0.12.78	Upload de ficheiro “foto001.jpg”	Média – foto de evento público.
27/02/2018 22:45	c.mendes	10.0.12.45	Download de “video_2018_02_27.mp4” (hash: 9f2c3d...)	Alta – vídeo não catalogado, sem identificação.
15/05/2019 18:07	c.mendes	10.0.12.45	Eliminação de “video_2018_02_27.mp4”	Alta – tentativa de destruição de prova.

Data	Utilizador	IP de Origem	Ação	Relevância
09/09/2020 11:30	c.mendes	10.0.12.45	Acesso a “/me- dia/privado/juvenil/relatorios”	Média – relatórios de acompanhamento de menores

Observações:

- O utilizador **c.mendes** (Carlos Mendes) foi o único a aceder ao diretório “privado/juvenil” fora do horário normal de funcionamento (18h-20h).
- O mesmo utilizador realizou **download** de um ficheiro de vídeo não identificado e, posteriormente, procedeu à sua **eliminação** sem registo de backup.

3.2. Registos de Correio Electrónico (Exchange)

- **E-mail enviado** por *c.mendes* a *c.mendes@casa-juventude.pt* (data 28/02/2018 23:02) com assunto “**Material**” e anexo *video_2018_02_27.mp4*.
- **E-mail recebido** por *c.mendes* de *admin@casa-juventude.pt* (data 01/03/2018 08:15) com instruções “**Apagar tudo**” e referência ao “**arquivo**” mencionado.

3.3. Registo de Navegação Web (Proxy da Associação)

Data	URL	Usuário	Comentário
05/03/2018 10:12	https://drive.google.com/drive/d/1XyZ...	c.mendes	Upload de ficheiro “ video_2018_02_27.mp4 ”.
06/03/2018 09:45	https://www.google.com/search?q=“como apagar fotos do celular”	c.mendes	Busca por técnicas de eliminação de dados.
22/07/2019 14:20	https://www.youtube.com/watch?v=abcd1234	c.mendes	Visualização de vídeo com conteúdo adulto (classificação “18+”).

3.4. Análise de Hashes

- O hash **9F2C3D7A4B...** do ficheiro “video_2018_02_27.mp4” corresponde, segundo a base de dados da INTERPOL (I-CTD), a **material de exploração sexual de menores**.
- Não foram encontrados backups do referido ficheiro nos servidores de backup da associação, apesar da política interna que prevê retenção de 5 anos.

3.5. Evidências de Encobrimento

1. **Eliminação de ficheiro** sem registo de backup (art. 384.º CPC – preservação da prova).
2. **Comunicação interna** instruindo a “apagar tudo”, indicando intenção de suprimir provas.
3. **Acesso fora do horário e busca de tutoriais** sobre eliminação de dados, sugerindo consciência da ilicitude.

4. Conclusões

1. **Existência de provas digitais** que corroboram a prática de gravação de material audiovisual possivelmente relacionado com abuso sexual de menores, efetuada por **Carlos Mendes**, ex-diretor da

Associação Casa da Juventude, Lda.

2. **Padrões de comportamento** (acessos fora do horário, download e eliminação de ficheiros, buscas de técnicas de apagamento) apontam para **intenção de ocultar** atos ilícitos, configurando crime de **encobrimento** previsto no art. 172.º do Código Penal.
3. A **ausência de backups** e a **eliminação deliberada** de ficheiro constituem violação da obrigação legal de conservação de documentos e dados, nos termos do **Decreto-Lei n.º 63/2011**, que impõe a guarda de registos eletrónicos por 5 anos.
4. As evidências encontradas são **relevantes e admissíveis** em processo civil e penal, pois foram obtidas com observância estrita da cadeia de custódia e dos princípios de **integridade, autenticidade e fiabilidade** exigidos pelo CPC (arts. 381.º a 384.º).

5. Recomendações Técnicas

Nº	Recomendação	Justificação
5.1	Preservação imediata de todas as imagens forenses e dos logs originais, mediante armazenamento em mídia criptografada (AES-256) e selo de integridade (hash SHA-256).	Garantir a continuidade da cadeia de custódia.
5.2	Solicitação ao tribunal de ordem de produção de cópias de todos os servidores de backup da associação, bem como dos dispositivos móveis dos gestores (incluindo o ex-diretor).	Possibilidade de existência de cópias residuais do material eliminado.
5.3	Nomeação de perito assistente especializado em análise de dispositivos móveis, para investigar eventuais cópias locais em smartphones ou tablets.	Os registos de acesso ao Google Drive sugerem uso de dispositivos pessoais.
5.4	Bloqueio de contas de e-mail e de serviços de armazenamento em nuvem (Google Drive, OneDrive) associados a “c.mendes”, mediante medida cautelar de preservação de prova (art. 647.º CPC).	Evitar nova destruição ou alteração de dados.
5.5	Realização de entrevista pericial ao perito informático da defesa, para confrontar metodologias e validar os resultados.	Cumprimento do princípio do contraditório.
5.6	Comunicação ao Ministério Público das conclusões relativas ao crime de encobrimento, para que seja avaliada a abertura de procedimento criminal autónomo.	Art. 172.º CP – encobrimento de crime.

6. Disposições Finais

O presente parecer foi elaborado com base nas informações e nos dispositivos eletrónicos efetivamente entregues pelos mandatários do Requerente, dentro do prazo legal estabelecido. Não foram realizadas análises de

dispositivos que não se encontravam sob a custódia do perito, podendo existir outros elementos de prova que, se disponibilizados, deverão ser objeto de nova avaliação pericial.

Declaro, sob compromisso de honra, que as conclusões aqui apresentadas refletem **exatamente** os resultados técnicos obtidos, estando em conformidade com as normas forenses vigentes e com o disposto no Código de Processo Civil.

Assinatura

Dr. Luís Costa

Perito Informático – Ordem dos Advogados, OA 12345

Lisboa, 12 de janeiro de 2024